

TEMIS GOMES PARENTE¹

VULNERABILIDADE NAS FRONTEIRAS DE GÊNERO²

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a situação de marginalidade vivenciada por indivíduos – neste caso, em sua maioria mulheres adolescentes – nas cidades de Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia, no extremo norte do Estado do Tocantins, região de fronteiras tanto no conceito tradicional de espaços geográficos como em suas multiplicidades, porosidades e deslocamentos simbólicos de fronteiras. Os sujeitos pesquisados enquadram-se na zona de vulnerabilidade por estarem inseridos nas precárias relações de trabalho predominantes nas três cidades e frágeis em suas relações familiares, contribuindo para o fortalecimento das fronteiras de gênero resultante de um alto índice de gravidez precoce de adolescentes na região.

Palavras-chave: Vulnerabilidade. Adolescência. Gênero.

Abstract: This article has as objective to reflect about the situation of the marginal living for each person, in this case most of all young women, in the cities of Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia, extreme north of Tocantins State, boundary area, as well as the traditional concept of geographic spaces and on its variety, porosity and symbological displacement on the boundary. The researched subjects fits in the vulnerability zone for been inside in the precarious work relationships predominants in the three cities and fragiles in its family relation, contributing to the strengthening to the gender boundary resulting in a high indices of premature pregnancy in young adult in the area.

Keywords: Vulnerability. Youth. Gender.

Autora convidada, artigo recebido em: 14 de abril de 2011

¹ Professora de História da Universidade Federal do Tocantins e dos mestrados em Desenvolvimento Regional e Ciências do Ambiente da mesma universidade e pós-doutoranda pelo CEDEPLAR/UFMG.

² Neste texto encontram-se algumas reflexões da pesquisa “Gravidez e adolescência: vulnerabilidade e exploração sexual no norte do Brasil” (Edital MCT/CNPq/MS-SCTIE-DECIT/CT-Saúde). Uma versão preliminar foi apresentada como comunicação no Simpósio Internacional Fazendo Gênero 9, ocorrido no município de Florianópolis em agosto de 2010.

O objetivo deste artigo é discutir sobre os fatores de vulnerabilidade das adolescentes exploradas sexualmente na região norte do Estado do Tocantins, vulgarmente conhecida como Bico do Papagaio, situada a 600 quilômetros da capital, Palmas – muito distante, portanto, dos centros administrativos do estado. Essa região foi considerada como de risco em um mapeamento feito pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (GUIA..., 2007). Outro propósito do trabalho é fazer uma reflexão sobre as relações de gênero³ que envolvem a gravidez na adolescência e geram um círculo vicioso nas classes menos favorecidas.

A adolescência⁴ é uma construção histórica⁵ e, portanto, passível de diferentes percepções. É vista pela literatura como um período caracterizado por intensa necessidade de explorar e experimentar o contexto em que se vive. O(a) adolescente torna-se, assim, mais vulnerável a comportamentos que envolvem riscos pessoais (IRWIN & MILLSTEIN, apud BORUCHOVITCH, 1992). Se, por um lado, experimentar e explorar são uma tendência natural de seu processo de desenvolvimento, por outro, vê-se que os(as) adolescentes de hoje engajam-se mais e mais em comportamentos que resultam em consequências negativas para uma vida adulta sadia.

É nesse contexto de vulnerabilidade que o comportamento sexual do(a) adolescente vem sendo pensado e entendido: como a capacidade do indivíduo, ou do grupo social, de decidir sobre sua situação de risco, estando diretamente associada a fatores individuais, familiares, culturais, sociais, políticos, econômicos e biológicos (BRASIL, 2005). Vislumbram-se então fatores de exclusão social, que reforçam problemas das relações de gênero.

Para Castel (1997), o fenômeno da marginalização e da exclusão social pode ser classificado em quatro zonas: a de integração, a de vulnerabilidade, a de assistência e a de

³ “Relações de gênero” é aqui amparada na concepção teórica formulada por Scott (1990), como categoria analítica que entende o mundo de mulheres e homens como construções culturais comuns a ambos. Ver também Pedro (2005) e Soihet & Pedro (2007).

⁴ Adolescência, aqui, compreende a faixa etária entre 10 e 19 anos, segundo a Organização Mundial da Saúde.

⁵ O conceito de adolescente é uma construção da modernidade e, segundo Ariès, surgiu com as diferentes conotações da infância dentro do imaginário do homem em todos os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, de acordo com cada período histórico. Para Ariès, o conceito ou a ideia que se tem da infância foi sendo historicamente construído, e a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como um adulto em miniatura. Essa situação duraria até o século XVII, quando a escola substituiu o sistema de aprendizagem, baseado na figura dos tutores e mestres de ofício. Ariès, ao refletir sobre a criação da infância e da família, aborda algumas questões da juventude no momento em que apresenta as idades da vida: infância e pueridade; juventude e adolescência; velhice e senilidade – cada uma designando um período da vida diferente. Ariès mostra que, conforme as discussões científicas na Idade Média iam se tornando familiares, o conceito de adolescência se tornava natural, o que acontece de forma processual, mas somente no século XX o adolescente é visto como “herói” e, portanto, esse século, segundo ele, é o “século do adolescente” (ARIÈS, 1981: 46).

desfiliação⁶. A vulnerabilidade, numa posição estratégica, ou intermediária, caracteriza-se pela precariedade do trabalho e pelas fragilidades dos suportes de proximidade. É um espaço social de instabilidade, de turbulência, povoado de indivíduos em precária relação com o trabalho e frágeis em sua inserção relacional.

Naturalmente vulneráveis pelas características intrínsecas à idade, os(as) adolescentes passam por mudanças físicas, num período considerado intenso pelos desafios, pelas descobertas e pelas oportunidades que se apresentam, por conflitos diante da construção da identidade (descobrir quem são, o que querem ser e seu lugar no mundo), por momentos de transitoriedade marcados pelo fato de não serem mais crianças, mas ainda não serem adultos(as).

Com o desenvolvimento do conceito de vulnerabilidade, foi possível observar ainda que outros fatores interferem e, muitas vezes, determinam a atitude e a conduta das pessoas, ampliando ou diminuindo as situações de risco. Destaca-se dentre esses fatores o acesso ou não à informação, à escola, ao lazer, ao trabalho, aos programas de saúde, às condições de vida digna, aos códigos culturais sobre como se deve expressar a sexualidade de homens e mulheres.

Contexto histórico da pesquisa

Como afirmado, este artigo se propõe a discutir os fatores de vulnerabilidade da adolescência na região do Bico do Papagaio, no norte do Estado do Tocantins, cuja situação geográfica dificulta sua participação em fluxos econômicos e demográficos mais intensos. Contudo, a área em estudo conta com uma localização privilegiada quando comparada ao restante da Amazônia⁷, mais distante e menos servida por meios de transporte. Assim, a localização é simultaneamente fator de potencialidade e de vulnerabilidade.

O Bico do Papagaio localiza-se no extremo norte do Estado do Tocantins, entre os rios Araguaia e Tocantins, fazendo fronteira entre o Pará e o Maranhão. Os contornos geográficos do mapa do Tocantins nessa região lembram a cabeça de um papagaio, daí a origem de sua denominação. A microrregião é conhecida por ter um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do país, com graves problemas nos setores da saúde, de

⁶ Na zona de integração, encontram-se os indivíduos que associam trabalho estável com a inserção relacional sólida em grupos familiares e sociais. No outro extremo, na zona de desfiliação, os indivíduos apresentam ausência de participação em qualquer atividade produtiva e isolamento social.

⁷ Os 60% da Amazônia que correspondem ao Brasil constituem a chamada Amazônia Legal, abrangendo os estados do Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

saneamento básico e educação, o que se reflete na baixa qualidade de vida da população de baixa renda, principalmente a da zona rural. O Bico do Papagaio ainda foi palco de um dos mais graves conflitos brasileiros pela posse de terra, em que de um lado havia os latifundiários oriundos das regiões Nordeste e Sudeste do país (grileiros) e, do outro, os pequenos agricultores familiares da região (posseiros) (LOPES, 2009; SOUZA, 2003; OLIVEIRA, 2007; RODRIGUES, 1998).

Por volta da década de 1970, com o aquecimento do mercado de terras e a consequente chegada de fazendeiros, deu-se início no Bico do Papagaio a conflitos sociais entre agricultores familiares e empresários, o que resultou no fortalecimento da organização do primeiro grupo. É o caso das quebradeiras de coco-babaçu, que se tornaram um exemplo bem-sucedido de organização civil (ERTZOGUE, 2004). O referido movimento de mulheres teve início em meados dos anos 1980, com mobilizações que envolviam homens e mulheres incentivados pela Comissão Pastoral da Terra para se organizarem em torno da luta pela terra e pelo acesso às palmeiras do coco-babaçu, abundante na região e de grande importância para a segurança alimentar das famílias (SOUZA, 2003).

Os municípios de Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia, alvo desta pesquisa e situados no Bico do Papagaio, encontram-se às margens da rodovia federal BR-226, que percorre o Tocantins por uma faixa de 60 quilômetros e liga Aguiarnópolis, na divisa com o Maranhão, até Wanderlândia, onde cruza com a BR-153 (Belém–Brasília).

Aguiarnópolis localiza-se a 485 quilômetros de Palmas, na fronteira com o Estado do Maranhão, tendo como divisa o rio Tocantins, onde está sendo construída a Usina de Estreito⁸. Conta com uma população de 5.158 habitantes – cuja grande maioria se concentra na zona urbana (IBGE, 2010) –, sendo 2.617 homens e 2.541 mulheres. De acordo com dados obtidos em 2010 na Coordenadoria de Modulação e Movimentação de Pessoal – Palmas (TO), da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC), a rede escolar é composta por duas escolas municipais, com 826 alunos matriculados e 52 professores, e por uma escola estadual com 712 alunos e 26 professores.

Darcinópolis fica a 448 quilômetros de Palmas. Possui 5.273 habitantes (2.775 homens e 2.498 mulheres). Ali a população urbana é maior que a rural. A rede do município conta

⁸ É oportuno acrescentar que, por ocasião da pesquisa (de 2008 a 2010), a população do município de Aguiarnópolis dobrou devido à chegada de mais de 10 mil homens para trabalhar diretamente na construção da usina.

com oito escolas, seis na zona rural e duas na zona urbana, com um total de 750 alunos, e com uma escola estadual com 559 alunos matriculados e 16 professores.

Wanderlândia, município localizado a 417 quilômetros de Palmas, possui 10.978 habitantes (5.645 homens e 4.333 mulheres). A maioria dos habitantes é radicada em zona urbana (IBGE, 2010). Possui 17 escolas municipais, quatro na zona urbana e o restante na zona rural. Na rede estadual conta com três escolas, que possuem 884 alunos matriculados e 76 professores.

Assim como muitos outros municípios do estado e do Brasil, Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia foram apontados pelo *Guia para localização dos pontos vulneráveis à exploração sexual infanto-juvenil ao longo das rodovias federais brasileiras (2007-2008)*, divulgado anualmente pela Polícia Rodoviária Federal, como pontos críticos de exploração sexual de adolescentes. A escolha desses municípios para o desenvolvimento deste projeto teve como critério o fato de estarem localizados numa região de fronteira, com confluências frequentes no fluxo contínuo e intenso de pessoas procedentes de todo o Brasil, o que aumenta, portanto, os conflitos sociais devido à situação de pobreza existente na região.

Vulnerabilidade, exclusão sexual e gênero

É consenso que, ao entrarem na puberdade, as meninas ficam mais vulneráveis às situações de violência sexual e de gênero. Tornam-se membros de grupos de risco social devido às constantes violações dos direitos humanos, expressas em casos de maiores índices de pobreza, de abandono escolar, de exploração sexual, de gestações indesejadas, de abortamentos inseguros, de mortalidade e morbidade maternas, de trabalho infantil e de tráfico de drogas. As meninas, por serem crianças, por serem mulheres e, também, por serem pobres, encontram-se em situação de maior vulnerabilidade.

Alguns estudos apontam vários fatores para uma maior vulnerabilidade das adolescentes, entre eles a imaturidade biopsicossocial, a dependência econômica, o não reconhecimento de seus direitos – incluindo o da legitimidade do exercício sexual –, a violência de gênero. Várias pesquisas também revelam que as adolescentes com menos de 15 anos e com menor escolaridade são as vítimas mais frequentes de abuso sexual e de atividade sexual desprotegida (VENTURA & VIEIRA, 2007).

Trabalhar com a noção de vulnerabilidade é levar em conta a visão de homens e mulheres plurais, considerando as suas diversidades a partir de suas diferenças. Essa é a razão, portanto, para falar não da adolescência, mas das adolescências, que são definidas por aquilo

que está ao seu redor, pelos contextos socioculturais, pela sua realidade, situando-as em seu tempo, em sua cultura (BRASIL, 2005). Assim, pergunta-se: de quais adolescentes estamos falando? Qual é a dimensão social, cultural e pessoal desses sujeitos?

Neste texto considera-se a estrutura familiar abarcando todas essas dimensões. Afinal, a família é uma construção social que, apesar de variar segundo as épocas, se mantém por meio daquilo que se chama “sentimento de família” (GOMES & PEREIRA, 2005). Esse sentimento se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, ajudando a compor o universo do mundo familiar que é único para cada família, mas circula na sociedade por intermédio das interações com o meio social em que se vive.

Para Kaloustian & Ferrari (apud GOMES & PEREIRA, 2005), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e dos demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se estrutura. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal; é em seu espaço que se absorvem os valores éticos e morais, e se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e se observam os valores culturais. À medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. Para ser efetiva e eficaz, a vida familiar depende de condições para a manutenção de seus vínculos.

A péssima situação socioeconômica é o fator que mais tem contribuído para a desestruturação da família, repercutindo diretamente e de forma vil nos membros mais vulneráveis desse grupo: os filhos. Vítimas da injustiça social, eles se veem ameaçados e violados em seus direitos fundamentais. A pobreza, a miséria, a falta de perspectiva de um projeto existencial para a melhoria da qualidade de vida impõem a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência. A crise econômica a que está sujeita a família pobre precipita a ida de seus filhos para a rua e, na maioria das vezes, o abandono da escola, a fim de ajudar no orçamento familiar. Essa situação, inicialmente temporária, pode se estabelecer na medida em que as articulações na rua vão se fortalecendo. Em face disso, o retorno dessas crianças ao convívio sociofamiliar fica cada vez mais distante.

Diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é chamada a responder por essa deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita

na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar, tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Reflexão sobre os dados obtidos na pesquisa

Neste texto, são feitas algumas reflexões sobre os dados obtidos nas pesquisas realizadas nos Conselhos Tutelares das cidades de Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia, em março de 2009. Convém destacar que a criação dos Conselhos Tutelares foi uma exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que introduziu no sistema jurídico os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, com o reconhecimento dos(das) adolescentes como sujeitos de direitos, de sua prioridade absoluta nas políticas públicas e da necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento (VENTURA & VIEIRA, 2007), e que tem também como um de seus objetivos a participação da comunidade em espaços e atividades que a permitam intervir na organização.

Na primeira visita para o desenvolvimento da pesquisa, constatou-se nos três Conselhos Tutelares uma total falta de estrutura: nenhum deles tinha telefone, dependendo de “orelhões” ou de telefones das prefeituras para comunicações; as instalações eram precárias; alguns Conselhos possuíam computadores, mas sem impressora; os dados das denúncias eram organizados em “livros” ou fichas, com base nos anos de ocorrência⁹. Um ano depois, no retorno às cidades de Darcinópolis e Aguiarnópolis, verificou-se que a sede onde funcionavam os referidos Conselhos tinha mudado e encontrava-se em uma estrutura física melhor, mas o modo de registrar e arquivar os dados das denúncias permanecia o mesmo. O Conselho de Darcinópolis concentrava dados desde o ano de 2003, data de sua criação; já o de Wanderlândia foi criado em 2001, mas só tinha dados a partir de 2007. O Conselho de Aguiarnópolis foi fundado em 2001, mas só dispunha de dados a partir de 2005.

⁹ Esses “livros” são cadernos que as conselheiras denominam de livros por concentrar todas as denúncias em um só lugar.

Darcinópolis

Ano	Evasão escolar	Outras denúncias
2003	2	21
2004	13	35
2005	11	34
2006	13	28
2007	30	13
2008	–	22
Total	69	153

Fonte: Conselho Tutelar de Darcinópolis.

Wanderlândia

Ano	Evasão escolar	Outras denúncias
2007	4	77
2008	3	110
Total	7	187

Fonte: Conselho Tutelar de Wanderlândia.

Aguiarnópolis

Ano	Evasão escolar	Outras denúncias
2005	–	20
2006	–	17
2007	–	97
2008	16	229
Total	16	363

Fonte: Conselho Tutelar de Aguiarnópolis.

No Conselho Tutelar de Darcinópolis, até o ano de 2007 as denúncias de evasão escolar vinham especificadas, uma vez que as escolas, segundo o ECA, têm a obrigação de comunicar aos Conselhos Tutelares, por meio da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), a ausência dos(das) alunos(as) matriculados(as). Ao analisar esses dados, ou a falta deles, percebe-se que a realidade pode ser bem mais grave do que parece, pois muitas vezes a

ausências dos(as) alunos(as) em sala de aula não é informada. As próprias conselheiras¹⁰, tanto pela fragilidade estrutural do Conselho, como já foi enfocado, como por questões muito mais complexas, não têm condições de acompanhar e fiscalizar esses(as) adolescentes¹¹.

Em Wanderlândia e Darcinópolis, não foi possível identificar essas fichas nem mesmo as denúncias referentes à evasão escolar. Questionadas, algumas conselheiras responderam que elas estariam incluídas na pasta de “Negligências”¹².

A pasta “Outras denúncias” continham as seguintes ocorrências: maus-tratos, negligência, abandono, omissão, violência sexual.¹³ As variações dessas ocorrências abrangiam: abandono dos(as) filhos(as) pelas mães; exploração sexual de adolescentes, tanto por familiares como por pessoas desconhecidas; brigas entre adolescentes nas escolas e nas ruas; adolescentes grávidas pela segunda vez que abandonaram o(a) filho(a) pequeno(a) só em casa.

Analizando as denúncias dos três Conselhos, é possível levantar alguns dados sobre o perfil das condições econômicas e das relações familiares dos(as) adolescentes das três cidades: (1) a situação das famílias que fizeram ou receberam as denúncias nos referidos Conselhos é precária; a maioria dos responsáveis (mães, pais, avós, tios e outros) fazem parte do que Castel denomina “trabalho precário”; apesar de Castel (1997) se referir a outro contexto histórico (França), é possível fazer essa relação sobre o trabalho precário identificado nos dados pesquisados. Para esse autor, o trabalho precário compreende pequenos trabalhadores independentes, sem reservas econômicas, e trabalhadores intermitentes do campo ou da cidade que não são assumidos pelo sistema corporativo, não se beneficiando de suas garantias. Essa fragilidade das condições do trabalho vai refletir diretamente na inserção relacional, esta caracterizada pelos vínculos que os sujeitos estabelecem com os grupos familiares e sociais mais próximos, o que configura o pertencimento a uma determinada comunidade (CASTEL, 1997: 27); (2) grande parte das famílias reside em regiões do município caracterizadas como de exclusão social. Essa

¹⁰ Cada Conselho Tutelar tem cinco conselheiros(as). Cabe informar que os municípios pesquisados dispõem somente de conselheiras.

¹¹ Devido às especificidades das conselheiras, os registros das denúncias nem sempre são padronizados, tanto de um Conselho Tutelar para outro como no mesmo Conselho, pois o mandato das conselheiras é de apenas dois anos.

¹² Define-se por negligência a postura de não oferecer à criança aquilo de que ela necessita, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio. Pode significar omissão, em termos de cuidados básicos, como: privação de medicamentos, de alimentos etc.

¹³ Pode-se sintetizar o abuso ou maus-tratos pela existência de um sujeito agressor em condições superiores (idade, força, posição social, condição econômica, inteligência, autoridade) que perpetra um dano físico, psicológico ou sexual, contrariamente à vontade da vítima ou por consentimento obtido a partir da indução ou sedução enganosa.

exclusão social é aqui entendida da perspectiva que considera os seguintes indicadores: condições de infraestrutura das moradias, o material de construção, existência de rede de esgoto e água encanada, existência de serviços como coleta de lixo e transporte coletivo, caracterização da população em termos de escolaridade, de renda e de distribuição da mortalidade infantil (LIBORIO, 2005: 417).

Nos Conselhos Tutelares de Aguiarnópolis, Darcinópolis e Wanderlândia, é evidente a frágil inserção relacional quando se constata que maioria das denúncias é feita por pais e mães que relatam que os(as) filhos(as) saíram de casa e estão perambulando por bares e postos de gasolina para se prostituir; que os(as) filhos(as) os agridem, bem como aos avós. Assim sendo, recorrem aos Conselhos em busca de providências para ajudar seus(suas) filhos(as). No que se refere à caracterização dos vínculos familiares ou afetivos, o histórico registrado nas fichas revela que, em sua grande maioria, esses(as) adolescentes são filhos(as) de mulheres que vivem sozinhas e que vivenciaram a mesma situação por que seus(suas) filhos(as) estão passando. Convém destacar ainda um expressivo número de denúncias de abandono dos(as) filhos(as) por parte de pais e mães.

Percebe-se, nessas denúncias, a vulnerabilidade econômica em que vivem essas famílias, ao serem sustentadas somente pela mãe, que muitas vezes também não tem um emprego formal. Pelo perfil econômico dessas famílias, fica claro que elas não têm condições financeiras de atender à responsabilidade que o Estado lhes atribui, ou seja, a de prover um sustento digno, o que faz que com o índice de denúncias por negligência nos dados dos Conselhos Tutelares seja bastante elevado. O abandono da escola pelos(as) adolescentes, principalmente por parte das garotas, após a gravidez, confirma outras pesquisas sobre essa temática (FONTOURA & PINHEIRO, 2009).

Os estudos apontam a educação como um dos fatores no impacto de perpetuação do ciclo de pobreza entre gerações, uma vez que os pais com baixa escolaridade têm dificuldade de garantir um maior nível de escolaridade para seus(suas) filhos(as). Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios realizada pelo IBGE em 2002, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade naquele ano foi de 10,9%. Complementando esse “ciclo maldito”, ressalta-se o aumento do trabalho infantil, provavelmente em decorrência da constante queda na renda das famílias, e o aumento do desemprego.

Sabe-se, no entanto, que a situação de vulnerabilidade, embora perpassasse todo o grupo de adolescentes, é distinto conforme o recorte etário. Com relação às adolescentes do sexo feminino na faixa dos 10 aos 14 anos, a situação fica ainda mais complexa, principalmente

quando o olhar se volta para um contexto socioeconômico e cultural hostil ao empoderamento das mulheres: são adolescentes, vivendo em condição peculiar de subalternidade, sem ações institucionais que deem conta das especificidades do recorte etário em que elas se inserem ou do fato de serem mulheres com pouca idade (10 a 14 anos), inúmeras já com um histórico de vida sexual ativa, outras submetidas a um cotidiano de violência e usurpação de seus corpos. São sujeitos vulneráveis, sem acesso a instrumentos de proteção ou de apoio institucional dirigidos a essa faixa etária (ECOS..., 2004).

No recorte desta pesquisa, foi possível perceber a vulnerabilidade do(a) adolescente na região amazônica como um dos fatores de sua exclusão social, particularmente a das mulheres, por permanecer e reforçar as prescrições de gênero¹⁴ que interferem em todas as esferas da vida social de jovens que moram em uma região de fronteiras. Essas fronteiras são aqui consideradas em seus aspectos simbólicos ou no conceito tradicional da geografia de um país de extensão continental, em que as populações de regiões mais distantes dos centros hegemônicos são as mais afetadas nas questões estruturais e, nesse caso em particular, na forte assimetria de gênero que ordena as relações sociais. As adolescentes são as mais vulneráveis nessa exclusão, pela subordinação do feminino, que repercute desde a educação diferenciada até a posição subalterna que mulheres ocupam no mercado de trabalho. A elas são delegadas as atribuições e responsabilidades com o cuidado com os familiares, gerando um ciclo difícil de ser rompido. Até mesmo o próprio Estado cobra dessas famílias, na maioria das vezes chefiadas por mulheres (mães, avós), aportes materiais e afetivos para os(as) seus(suas) filhos(as) de que elas mesmas muitas vezes não dispõem.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

BORUCHOVITCH, Evely. Fatores associados à não-utilização de anticoncepcionais na adolescência. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 26, n. 6, p. 437-443, dez. 1992.

¹⁴ Segundo TRAVERSO-YÉPEZ, Martha A. e PINHEIRO, Verônica de Souza (2005), é nos espaços de convivência cotidiana, mais particularmente na família e na vizinhança, que meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a “sociedade local” exige que sejam. Nesse sentido, o cotidiano da família é fortemente influenciado pela organização de gênero que, vigorando para além do espaço doméstico, manifesta-se de forma marcante nas relações intrafamiliares. Assim, a hierarquização de gênero perpassa tempos e rotinas, jogos e brincadeiras, perspectivas e projetos de futuro, reproduzindo os papéis de gênero vigentes no grupo social ao qual pertencem os sujeitos implicados.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal**: saúde, um direito de adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

ECOS COMUNICAÇÃO em sexualidade. **Gravidez de adolescentes entre 10 e 14 anos e vulnerabilidade social**: estudo exploratório em cinco capitais do Brasil. São Paulo, mar. 2004. Disponível em:

www.ecos.org.br/download/Pesquisa%20Gravidez%20na%20Adolescencia%20-%20Mar%C3%A7o2004.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2010.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. Conversando com Raimunda. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 6, p. 1.125-1.135, jun. 2004.

FONTOURA, Natália de Oliveira; PINHEIRO, Luana Simões. Síndrome de Juno: gravidez, juventude e políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, 2005.

GUIA para a Localização dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual Infanto-Juvenil ao Longo das Rodovias Federais Brasileiras: mapeamento 2007-2008. Brasília: Organização Internacional do Trabalho/Escritório Internacional do Trabalho, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Primeiros Resultados. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=to>. Acesso em: 10 mar. 2011.

LIBORIO, Renata Maria Coimbra. Adolescente em situação de prostituição: uma análise da exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 413-420, 2005.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no Norte do Estado do Tocantins**: vidas fora do compasso. 2009. 300 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Aroldo Magno de. **Falar da região do Bico do Papagaio** – Tocantins: um estudo de fonética descritivo Articulatoria. 2007. 169 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

RODRIGUES, José Siney Ferraz. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**: Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Etica Editora, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História** [online], São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOUZA, Divani Ferreira de. **Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio**: reflexões sobre desafios e perspectivas de uma Organização Regional. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

TRAVERSO-YÉPEZ, Martha Azucena; PINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 147-162, jan./abr. 2005.

VENTURA, Miriam; VIEIRA, Cátia Regina. Aspectos jurídicos da proteção à adolescente. In: TAQUETE, Stella R. (Org.). **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.